

# JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL

Ano 7 - Número 278 - Setembro/2014

## Conciliação pré-processual em Vitória/ES atinge 80% de acordos em agosto e 100% no último mutirão do mês

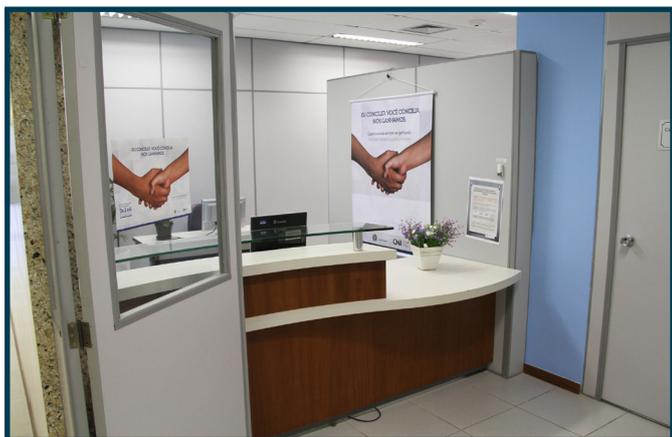
Os mutirões de audiências pré-processuais da Justiça Federal do Espírito Santo tiveram, em agosto, mais um mês de bons resultados. O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cescon) realizou, durante o mês, 35 audiências pré-processuais, homologando 28 acordos (80%), com valor total de aproximadamente R\$ 60 mil e 175 pessoas atendidas.

No último mutirão, ocorrido no dia 29 de agosto, o percentual de acordos chegou a 100% (9 audiências realizadas, 9 acordos, valor total negociado de R\$ 15,8 mil e 44 pessoas atendidas).

### Projeto-piloto

As audiências de conciliação pré-processual fazem parte do projeto-piloto implantado este ano na Justiça Federal do Espírito Santo, por meio da Portaria Nº 24, de 14 de março de 2014. As primeiras audiências foram realizadas em abril e, a partir de então, toda sexta-feira o Cescon promove esse tipo de audiência.

Com a nova modalidade de conciliação, as petições que chegam ao Núcleo de Distribuição da Justiça Federal, sobre os assuntos dispostos na Portaria 24, são encaminhadas ao Cescon, localizado no mesmo andar (térreo). O Centro recebe o pedido e o envia no mesmo dia à Caixa para verificar se aquela questão é passível de acordo. Em caso positivo, a parte é intimada em no máximo 24 horas para a audiência de conciliação, que ocorre em uma semana.



A audiência é conduzida por um servidor conciliador. Resultando em acordo, o que ficou combinado ao final da negociação é documentado e assinado pelos presentes e enviado posteriormente a um juiz federal, para homologação.

Homologado o acordo, o valor acertado entre as partes é depositado na conta do cliente reclamante em até 15 dias úteis.

### Cescon

Localizado na sede da Justiça Federal, em Vitória (Av. Beira-Mar, 1877, Monte Belo), sob a supervisão da servidora Maristher de Souza Lima Siqueira, o Centro de Solução de Conflitos é ligado ao Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) e tem como coordenadora a juíza federal Aline Alves de Melo Miranda Araújo. Sua antecessora, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, atualmente presta auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

Os contatos do Cescon para informações sobre mutirões ou agendamento de audiências de conciliação são: 27-3183-5015 e conciliacao@jfes.jus.br.

## Audiências de processos do TRF2 realizadas na JFES obtêm 100% de acordos

As cinco audiências de conciliação em processos previdenciários de competência delegada em trâmite no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, promovidas nesta segunda-feira, 1/9, na Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), tiveram como resultado a conciliação.

O valor total dos acordos ficou em R\$ 78, 8 mil.

As audiências, realizadas no Centro Judiciário de Solução de Conflitos (Cescon) da SJES, em Vitória, foram conduzidas pelos juízes federais Cristiane Conde Chmatalik e Paulo Gonçalves de Oliveira Filho, por designação do Tribunal.



## 2ª VF-Criminal de Vitória/ES abre seleção para credenciamento de projetos sociais

O juiz federal Ronald Krüger Rodor, titular da 2ª Vara Federal Criminal de Vitória, em cumprimento ao art. 3º da Resolução CJF nº 295/2014, assinou na terça-feira, 26 de agosto, edital que abre processo de seleção para credenciamento de projetos sociais de entidades públicas ou privadas para destinação dos valores recebidos por aquele juízo, a título de prestação pecuniária. Conheça o edital Nº JFES-EDT-2014/00011, no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br), link "Projetos Sociais".

## Novo analista toma posse

Raphael Vieira, capixaba de Vila Velha, foi empossado pelo diretor do foro da JFES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, no cargo de analista judiciário/área judiciária, na sexta-feira (29/8). O servidor, que atuava como técnico judiciário na Corregedoria do TRE/ES há sete anos, foi lotado na 2ª VF-Cachoeiro de Itapemirim. Na foto ainda o diretor do Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP), Josélio Santos Nascimento, e o supervisor da Seção de Provimento e Lotação (Seplo/NGP), Antônio Cláudio Silva Andrade.



## Oficiais de Justiça da JFES recebem homenagem na Câmara Municipal de Vitória



Os oficiais de Justiça da Justiça Federal do Espírito Santo (JFES), representados pelos servidores Diogo Storch de Moraes, He-loísa Rodrigues Lino de Carvalho, Simone Miranda Frizzera, Gustavo da Silva Drumond e Rodrigo Benincá Giro (foto), receberam na noite desta quinta-feira (4/9) homenagem na Câmara Municipal de Vitória, pelo Dia do Oficial de Justiça, comemorado em 5 de setembro.

Mais de 30 oficiais de Justiça de todo o Estado estiveram presentes na sessão solene de homenagem. Eles receberam certificados de "honra ao mérito pelos relevantes serviços prestados ao município de Vitória".

O vereador Sandro Parrini, organizador da sessão, falou da importância destes profissionais para o estabelecimento da justiça e da igualdade. "Reconhecemos aqui hoje nesta sessão a relevância do serviço prestado por vocês em nossa cidade, e em nosso Estado. Vocês merecem", disse ele.

O oficial de Justiça Gustavo Drumond – que levou a informação sobre a homenagem ao Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS) da SJES, fornecendo inclusive a foto acima – fez questão de estender o gesto a todos os colegas do Controle de Mandados da Seccional: "É um carinho aos nossos colegas que trabalham na rua, sozinhos".

Atualmente, atuam na JFES 72 oficiais de justiça.

# Candidatos fazem prova para estágio nos Juizados Especiais e Turmas Recursais da JFES

A Justiça Federal do Espírito Santo realizou nesta quinta-feira, 4, das 14 às 17h, no auditório de sua sede, em Vitória, processo seletivo para contratação de estagiário para as Turmas Recursais e os Juizados Especiais Federais.

De acordo com o supervisor da Seção de Desenvolvimento de Pessoal e Estágio (Sedpe/NGP), Ronnie Francis Rangel Mariano, 90 estudantes de Direito se inscreveram e 46 fizeram a prova. Eles estudam na FDV, Ufes, UVV, Multivix, Unesc e Novo Milênio e, caso aprovados, poderão ser lotados nos Juizados, na Seção de Atendimento dos JEFs (Seajef/NAJ) ou no cartório ou nos gabinetes das Turmas Recursais, cujo presidente é o juiz federal Boaventura João Andrade.



**OPORTUNIDADE DE ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL**  
INSCRIÇÕES DE 08 A 19/09/2014

**Vagas para estudantes de Direito nos Juizados Especiais Federais Cível e Criminal de Cachoeiro de Itapemirim.**

**As inscrições deverão ser feitas pessoalmente na Secretaria da 3ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, no horário das 12 às 17 horas.**

**O estagiário terá direito a bolsa-auxílio (R\$ 726,00) + auxílio-transporte (R\$ 107,80) = 833,80, por 4 horas diárias de estágio.**

**Atenção: somente serão admitidas as primeiras 100 inscrições.**  
Contatos: (28) 3321-8035 e 03vf-cac@jfes.jus.br  
**Confira o edital no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)**

**PROVA: 24/09/2014**

JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

# Comissão do XV Concurso para Juiz divulga instruções quanto a utilização de material de consulta nas provas escritas\*

O presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Couto de Castro, informa aos candidatos aprovados para as provas escritas, segunda etapa do certame, as instruções quanto a utilização de material de consulta.

Leia o Comunicado:

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO XV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 2ª REGIÃO

### COMUNICADO

O Desembargador Federal Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XV Concurso para provimento de cargos de Juiz Federal Substituto de Primeira Instância na 2ª Região informa aos aprovados para as Provas Escritas, segunda etapa do certame, que será realizada às 13 horas dos dias 13 e 14 de setembro de 2014, em atendimento ao disposto no item 8.7 do Edital de Abertura as instruções quanto à utilização de material de consulta.

#### 1 - MATERIAL DE USO PERMITIDO

- Legislação desacompanhada de qualquer anotação ou comentário;
- Consulta a texto de legislação esparsa, impressas em apenas uma face, desde que não ultrapasse 20 folhas, em fonte Times New Roman tamanho 12;
- Marca-texto, legislação meramente sublinhada, ou simples remissão, ainda que feita pelo candidato, desde que desprovida de qualquer palavra que ultrapasse a estrita remissão.

#### 2 - MATERIAL DE USO PROIBIDO

- Códigos comentados ou anotados; qualquer anotação pessoal, que não seja estrita remissão;
- Súmulas e informativos;
- Transcrições jurisprudenciais, ainda que parcial;
- Notas ou comentários, a pretexto de remissão;
- Exposição de motivos;
- Enunciados de encontros e seminários;
- Textos que contenham qualquer conteúdo similar aos indicados nos itens anteriores.

As partes dos textos cuja consulta não é permitida deverão vir isoladas por grampos ou fita adesiva, de modo a impedir sua utilização, sob pena de retirada do material. Não será permitido ao candidato realizar este procedimento no local da prova para não atrasar o início do certame. (item 8.8 do Edital do certame).

**Obs.:** O candidato que descumprir as regras quanto a utilização de material proibido terá sua prova anulada e será eliminado do concurso, nos termos do .15.26, letra b do Edital de Abertura.

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2014.

#### **GUILHERME COUTO DE CASTRO**

Presidente da Comissão Organizadora e Examinadora  
Do XV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região

\*Assessoria de Comunicação Institucional do TRF2

# ATENÇÃO

**JFES** 100%  
DIGITAL



A partir de 27 de outubro de 2014, a interposição de petições intercorrentes de processos eletrônicos na Justiça Federal do Espírito Santo deverá ser feita exclusivamente pela via eletrônica

No caso das petições iniciais cíveis, a medida vale a partir de 7 de janeiro de 2015.



A Justiça Federal capixaba manterá, em suas dependências, computador com acesso à internet e equipamento de digitalização de documentos à disposição dos interessados, bem como orientará os usuários no peticionamento e no cadastro.

Consulte a Portaria Nº JFES-POR-2014/00073 no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

# TRF2 realiza oficina sobre Direito Previdenciário para agentes comunitárias da Cidade de Deus\*

Se for para fazer uma única afirmação acerca da relevância da oficina para agentes comunitárias que o TRF2 está realizando em parceria com a Casa de Direitos da Cidade de Deus, esta terá de ser sobre a importância do tema do curso - regras e direitos da Previdência - fundamental para essas pessoas, que ajudam a promover a cidadania na região com cerca de 36,5 mil habitantes, na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Para ter certeza disso, basta assistir a uma das aulas quinzenais que têm lugar na sede do projeto, dentro da comunidade pacificada, e notar o grande número de perguntas que são dirigidas ao juiz federal Vladimir Vitovsky, que elaborou o conteúdo da oficina e conduz as aulas para as agentes comunitárias, que ele chama de “colegas”. Sem exceção, as questões levantadas no mais recente encontro da oficina, realizado no dia 3 de setembro, trataram de casos concretos que elas vêm acompanhando no dia a dia da sua militância, como, por exemplo, o da ex-esposa que nunca recebeu pensão alimentícia e agora não sabe se teria direito à pensão por morte do ex-marido.

A oficina de Direito Previdenciário foi criada no bojo do Acordo de Cooperação nº 1, de 2011, iniciativa do Conselho Nacional de Justiça da qual o TRF2 é um dos signatários, junto com as instituições responsáveis pelo projeto Casa de Direitos, ou seja, o Ministério da Justiça, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, as Defensorias Públicas da União e do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público fluminense. O programa e a produção das aulas estão a cargo da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da Segunda Região, do TRF2. A ideia é que o curso se estenda até o final do ano.

## Interação

Chamar as agentes comunitárias de colegas se afina bastante com o espírito da oficina, que foi toda planejada para estimular a interação com as participantes. Ilustrativa disso foi a atividade proposta por Vladimir Vitovsky, que falou sobre a atuação da Justiça Federal, julgando ações envolvendo entes públicos da União. Em um mapa de um metro e vinte por oitenta centímetros, ele pediu que as próprias agentes comunitárias afixassem legendas, com alfinetes, localizando nos bairros pelos quais se estende a Cidade de Deus alguns desses órgãos que atraem a competência dos processos para a Justiça Federal, como as agências dos Correios e da Caixa Econômica Federal e os postos do INSS localizados na região.

Além do mapa colorido, impresso em uma lona plástica e preso a uma chapa de compensado, a oficina conta com o apoio de vários materiais didáticos distribuídos para as inscritas, como cartilhas e apostilas preparadas pelo TRF2. Ainda, as aulas incluem apresentações em Powerpoint, que complementam os tópicos abordados.

## Conhecimento prático

Na última aula, o grupo começou a leitura conjunta da Lei 8.213, de 1991, que dispõe sobre os benefícios previdenciários. Cada artigo, inciso e parágrafo lidos foi explicado e pontuado com exemplos e analogias, muitos dos quais extraídos das próprias experiências relatadas pelas agentes. O principal, afirmou Vladimir Vitovsky, é observar que a norma, em si, é inequívoca e sua leitura cuidadosa já basta para eliminar qualquer dúvida. Mais ainda, sustentou o magistrado, manter o estado permanente de curiosidade e de interesse por aprender, enfim, estudar com afinco os assuntos importantes é a chave da preparação para o conhecimento crítico: “Para ser um bom juiz, eu entendo que preciso ler e reler os processos quantas vezes for necessário, até estar completamente convencido de todos os fatos e alegações. Além disso, é necessário praticar muito a escrita, para fazer decisões e despachos claros e coerentes, que todo mundo compreenda”, defendeu.



A depender da plateia da Casa de Direitos, a recomendação vai ser seguida à risca. O entusiasmo com as explicações do juiz tem sido evidente, especialmente por conta do uso prático que elas podem ter no cotidiano do seu trabalho. "Vi essa comunidade nascer e crescer. Moro aqui há mais de quarenta anos. O que estou aprendendo vai servir muito para eu ajudar a quem mora aqui, como eu", afirma a comerciante Maura Ismael, que, além de atuar como agente comunitária, administra sua padaria instalada na comunidade, com a ajuda de um filho. "Eu também estou adorando o curso. Fiz uma pergunta para o juiz que já me iluminou sobre o problema de uma moradora que está lutando para conseguir um benefício do INSS. Vou passar as informações para ela assim que puder", acrescenta Dalva Ribeiro, que também integra a equipe da Casa de Direitos.

Na foto, Vladimir Vitovsky (que já atuou na SJES) pede ajuda a uma agente comunitária para localizar órgãos federais no mapa da Cidade de Deus

\*Assessoria de Comunicação Institucional do TRF2

## Não haverá expediente na Justiça Federal, em Vitória/ES, na segunda-feira, 8/9

Em conformidade com a Portaria Nº TRF2-PTP-2013/00819 de 12 de dezembro de 2013, da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), não haverá expediente na Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória, na próxima segunda-feira, 8 de setembro, feriado municipal de Nossa Senhora da Vitória. Consulte o plantão judiciário, no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).

**ASSISTA OS EVENTOS DA EMARF POR VIDEOCONFERÊNCIA NA JFES:**

Programa de Estudos Avançados

# Justiça de Transição: Experiências e Perspectivas

### Programação

Das 9h às 13h

**Diego Werneck**, Professor Pesquisador da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas – RJ

**Antonio do Passo Cabral**, Procurador da República e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Das 14h às 18h

**Daniel Sarmento**, Procurador Regional da República e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

**Luiz Eduardo Soares**, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

**Coordenação: Jane Reis**, Juíza Federal e Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ

Horas de Estágio pela OAB/RJ

### Público-Alvo

Magistrados Federais, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

### Inscrições Gratuitas na EMARF

- PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)
- PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html)

### Local: Auditório do TRF2

Rua Acre, 80 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro

**12 de Setembro de 2014**  
das 9h às 18h

Realização:



# Fórum Contribuições Previdenciárias

## Programação

08h30 às 10h30 BLOCO 1

1. Composição do salário-de-contribuição – parcelas controvertidas: participação nos lucros e resultados; stock option; 2. Composição do salário-de-contribuição – parcelas controvertidas: verbas indenizatórias e direitos sociais (1/3 de férias, férias gozadas, aviso prévio indenizado etc.).

**Palestrantes:** Dr. Elias Sampaio Freire, Dr. Fábio Zambitte Ibrahim e Dr. Júlio Cesar Vieira Gomes

**Palestrante e Moderador:** Dr. Marcus Abraham

10h30 às 12h30 BLOCO 2

3. Financiamento das prestações acidentárias – SAT/RAT; Dimensionamento do SAT-RAT por empresa/estabelecimento, de acordo com o fator acidentário de prevenção (FAP). 4. Retenção Previdenciária na Prestação de Serviços.

**Palestrantes:** Dr. Fábio Fraga, Dr. Ricardo Lodi e Dr. Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira

**Palestrante e Moderador:** Dr. Marcus Lívio

**Coordenação:** Marcus Lívio Gomes

Horas de Estágio pela OAB/RJ

## Público-Alvo

Magistrados Federais, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

## Inscrições Gratuitas na EMARF

• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)

• PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/coursesemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/coursesemarf.html)

## Local: Auditório do TRF2

Rua Acre, 80 - 3º andar - Rio de Janeiro - RJ

15 de Setembro de 2014  
das 8h30 às 12h30

Realização:



# Fórum A Lavagem de Dinheiro e o Crime Organizado

## Programação

Conceito e Tipo Penal de Organização Criminosa na Lei 12.850/13

**José Paulo Baltazar, Juiz Federal 4ª Região**

Lavagem de dinheiro e crime organizado - questões práticas

**Danilo Fontenelle, Juiz Federal 5ª Região**

Técnicas anômalas de coleta da prova no crime organizado

**Gustavo Pontes Mazzocchi, Juiz Federal 2ª Região**

A problemática da administração e alienação dos bens apreendidos em processos por lavagem de dinheiro e criminalidade organizada. Questões e soluções práticas

**Marcello Granado, Juiz Federal 2ª Região**

## Coordenação

**Marcello Granado, Juiz Federal**

**Local: Centro Cultural Justiça Federal**

Av. Rio Branco, 241 - Cinelândia - Rio de Janeiro

## Público-Alvo

Magistrados, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

## Inscrições Gratuitas na EMARF

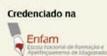
• PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)

• PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/coursesemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/coursesemarf.html)

Horas de Estágio pela OAB/RJ

22 de Setembro de 2014  
das 9h às 13h

Realização:



# Fórum Os Contornos Éticos e Jurídicos da Reprodução Assistida

Parte Integrante das Atividades sobre Atualidades do Direito Médico

## Palestrantes

**Arnaldo Pineschi**, Pediatra, Presidente do Departamento Científico de Bioética da Sociedade Brasileira de Pediatria

**Bernardo Campinho**, Doutor em Direito pela UERJ, Professor da UFRJ e Presidente da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB-RJ

**Guilherme Calmon**, Desembargador Federal do TRF2, Diretor-Geral da EMARF, Conselheiro do CNJ

**Maria Aglaé Tedesco**, Doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Juíza de Direito Titular da 15ª Vara de Família

## Coordenação

Alexandre Arruda, Juiz Federal  
José Luiz Pimenta Jr, Advogado

Horas de Estágio pela OAB/RJ

## Público Alvo

Magistrados, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

## Inscrições Gratuitas na EMARF

- PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)
- PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html)

## Local: Auditório do TRF2

Rua Acre, 80 - 3º andar - Rio de Janeiro - RJ

25 de Setembro de 2014  
das 9h às 13h

Realização:



Credenciado na



Parte Integrante do



Apoio:



# Fórum Concorrência na Ordem Constitucional

## Programa

Direito Concorrencial e a Lei Nova de Concorrência (12.529/2011)

**Diogo Coutinho**, Professor da USP

Algumas Inovações da Nova Lei de Concorrência Frente aos Princípios Constitucionais da Ordem Econômica

**Paulo André Espírito Santo**, Juiz Federal

## Coordenação

**Paulo André Espírito Santo**, Juiz Federal

## Local

Auditório da Av. Rio Branco

Av. Rio Branco, 243 - 13º andar - Cinelândia - Rio de Janeiro

Horas de Estágio pela OAB/RJ

## Público-Alvo

Magistrados Federais, Promotores, Procuradores da República, Professores, Advogados, Operadores do Direito, Servidores do Poder Judiciário, Estudantes de Direito e demais interessados

## Inscrições Gratuitas na EMARF

- PARA MAGISTRADOS FEDERAIS DA 2ª REGIÃO  
Pelo módulo do CAE: [www.trf2.gov.br/emarf](http://www.trf2.gov.br/emarf)
- PARA OS DEMAIS INTERESSADOS  
[www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html](http://www.trf2.gov.br/emarf/cursosemarf.html)

26 de Setembro de 2014  
das 9h às 13h

Realização:



Credenciado na



Apoio:



## CJF libera mais de R\$ 690 milhões em RPVS\*

O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$ 690.011.456,05 relativos às requisições de pequeno valor (RPVs) autuadas em julho de 2014. O depósito na conta dos beneficiários é feito de acordo com os cronogramas de cada TRF. O Conselho informa ainda que, somente na sexta-feira (29/8), a Secretaria do Tesouro Nacional liberou a verba para o pagamento das RPVs.

Do total geral, R\$ 452.071.840,81 correspondem a processos previdenciários – revisões de aposentadorias, pensões e outros benefícios, que somam um total de 52.813 ações, beneficiando, em todo o país, 58.875 pessoas.

O Conselho esclarece ainda que cabe aos tribunais regionais federais, segundo cronogramas próprios, fazer o depósito desses valores nas contas dos beneficiários, dos recursos financeiros liberados nesta data. Com relação ao dia em que as contas serão efetivamente liberadas para saque, esta informação deve ser buscada na consulta processual, na Internet, no endereço do portal do tribunal regional federal responsável.

RPVs a serem pagas em cada região da Justiça Federal:

TRF da 1ª Região (sede em Brasília-DF, abrangendo os estados de MG, GO, TO, MT, BA, PI, MA, PA, AM, AC, RR, RO, AP)

Geral: R\$ 238.724.536,40

Previdenciárias: R\$ 166.465.856,48 – 17.135 pessoas beneficiadas, em 15.943 ações

TRF da 2ª Região (sede no Rio de Janeiro-RJ, abrangendo também o ES)

Geral: R\$ 62.676.225,41

Previdenciárias: R\$ 31.578.301, 2.430 pessoas beneficiadas, em 2.430 ações

TRF da 3ª Região (sede em São Paulo-SP, abrangendo também o MS)

Geral: R\$ 113.244.929,80

Previdenciárias: R\$ 85.466.148,70 – 7.578 pessoas beneficiadas, em 6.844 ações.

TRF da 4ª Região (sede em Porto Alegre-RS, abrangendo os estados do PR e SC)

Geral: R\$ 175.591.665,93

Previdenciárias: R\$ 118.364.566,32 – 21.182 pessoas beneficiadas, em 19.472 ações

TRF da 5ª Região (sede em Recife-PE, abrangendo os estados do CE, AL, SE, RN e PB)

Geral: R\$ 99.774.098,51

Previdenciárias: R\$ 50.196.968,11 – 10.550 pessoas beneficiadas, em 8.124 ações.

\*Assessoria de Comunicação Social do CJF



## Abertas inscrições para a reunião preparatória do VIII Encontro Nacional do Judiciário\*

Já estão abertas as inscrições para a Reunião Preparatória do VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que será realizada nos dias 23 e 24 de setembro, na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília/DF. Durante a reunião preparatória, serão apresentados os dados do Relatório Justiça em Números referentes ao ano de 2013. Além disso, os participantes vão debater propostas para as metas do Judiciário que serão definidas no VIII Encontro Nacional.

O Relatório Justiça em Números é a principal base de dados do Poder Judiciário sobre o perfil e o funcionamento dos tribunais brasileiros. No estudo, cada tribunal é apresentado a partir de seus indicadores de orçamento, recursos humanos, litigiosidade, congestionamento e produtividade, entre outros. Os dados são fornecidos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelos próprios tribunais.

Poderão se inscrever na reunião preparatória magistrados, gestores de metas e responsáveis pela área de gestão estratégica indicados pelos tribunais para participar do debate. No ato da inscrição é preciso informar o número do ofício convite enviado pelo CNJ ao Tribunal.

Programação – A abertura do evento será às 14 horas do dia 23 de setembro com a participação dos conselheiros Maria Cristina Peduzzi, Ana Maria Amarante Brito, Rubens Curado e Guilherme Calmon. Eles apre-

sentarão panoramas feitos a partir dos dados do Justiça em Números, tendo como focos o Poder Judiciário, a Justiça Estadual, a Justiça Trabalhista e a Justiça Federal.

Durante a reunião, também será formatada a proposta técnica de cada segmento de Justiça para as metas a serem perseguidas pelos tribunais no ano de 2015. As sugestões de metas serão submetidas à aprovação dos presidentes dos tribunais, em novembro, durante o VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário e devem estar alinhadas com a Estratégia Judiciário 2020, que reúne os macrodesafios do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020.

As inscrições para a reunião preparatória podem ser feitas até o dia 22 de setembro.

Inscrições e programação do evento: no [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br).

## CNJ cumpre agenda de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro\*



Gláucio Dettmar/Agência CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elabora com o Ministério da Previdência Social (MPS) um projeto de treinamento para ensinar servidores de cartórios e cartorários formas de prevenir fraudes que envolvam a falsificação de documentos. A iniciativa faz parte da chamada Ação 12 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), cujo objetivo é aumentar a segurança do registro civil de pessoas naturais, que inclui certidões de nascimento, casamento, união estável e óbito.

O CNJ e o MPS coordenam o grupo de trabalho, que inclui o Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, o Conselho da Justiça Federal, o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal, o Ministério Público Federal e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento.

“Também faremos, em parceria com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), uma publicação com orientações aos cartórios de prevenção a fraudes documentais”, afirmou a conselheira do CNJ Luiza Frischeisen, após reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia. No encontro do último dia 28, a representante do CNJ na Enccla atualizou o GGI em relação às providências adotadas para cumprimento da parte da agenda anticorrupção sob responsabilidade do Conselho e de outras instituições.

Informações - “Além disso, o CNJ publicou uma nota sobre a importância da implantação do Sistema de Informações de Registro Civil (Sirc) e a Corregedoria Nacional de Justiça editou o Provimento nº 38, que trata das Centrais de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais. Em junho, a presidente Dilma editou o Decreto nº 8.270, que instituiu o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil”, lembrou a conselheira.

Além de coordenar a Ação 12 com o MPS, o CNJ participa dos grupos responsáveis pelas ações 10 e 13. A primeira diz respeito à implantação de consulta dos cadastros de pessoas e empresas impedidas de ocupar cargo ou função pública, no caso de pessoas físicas, ou à participação de licitação ou contratação com a administração pública, no caso de pessoas jurídicas. A expectativa é operacionalizar a ferramenta até o fim do ano.

A Ação 13 tem por objetivo propor mecanismos “que assegurem a efetividade das decisões judiciais que determinam a perda de bens”. Segundo a conselheira, na última reunião do grupo responsável pela ação, foi aprovada minuta de resolução que será apresentada ao presidente do Conselho, ministro Ricardo Lewandowski. A ideia é que a resolução ajude magistrados a realizar os procedimentos necessários para a administração ou venda de bens com perda declarada pela Justiça em favor do Poder Público.

Integração – A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003 para articular os esforços de órgãos públicos que previnem, fiscalizam e combatem a corrupção e a lavagem de dinheiro. Sob coordenação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, cerca de 70 órgãos do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário, além do Ministério Público, traçam metas anuais para aperfeiçoar as políticas públicas de combate aos crimes de corrupção e branqueamento de capitais.

\*Manuel Carlos Montenegro Agência CNJ de Notícias